

ATUALIZAÇÃO PARA PREGOEIROS:

Jurisprudência dos Tribunais de Contas e Boas Práticas em diligências, habilitação e recursos



17.09.2026
08h - 17h

On-line
ao vivo



GISELLA LEITÃO



ANDERSON DIAS



BRUNO VERZANI



MATHEUS MOREIRA



CURSO ON-LINE

Atualização para Pregoeiros



17 de Setembro de 2026
Das 8h às 17h



Carga horária: 8 horas



CURSO ON-LINE

Atualização para Pregoeiros

- ✓ Aulas ao vivo, com gravação disponibilizada para posterior acesso por 3 meses;
- ✓ Abordagem prática;
- ✓ Material teórico complementar;
- ✓ Certificado individual; e Aulas com grandes professores.



CURSO ON-LINE

Atualização para Pregoeiros

Objetivo do curso:

Atualizar o Pregoeiro na condução prática e estratégica da Licitação Eletrônica, sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, aprimorando a tomada de decisão em situações complexas e garantindo a legalidade, transparência e eficiência do certame. O curso se concentra em uma abordagem prática, com foco em jurisprudência do TCU.

Público-alvo:

- Pregoeiros e Equipes de Apoio.
- Servidores que atuam nos Setores de Compras, Licitações e Contratos.
- Controladores internos e demais profissionais que buscam aprimorar seus conhecimentos em licitações.

PROFESSOR:



Bruno Verzani

Procurador Estadual, Ex-Procurador do Município de Campinas e Ex-Oficial do Quadro Técnico de Direito da Marinha. Foi assessor jurídico da Rede Mário Gatti de Campinas e assessor jurídico da SEEDUC-RJ, e atualmente trabalha na Coordenadoria do Sistema Jurídico da PGE-RJ. Co-autor do livro “Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada” e autor dos Ebooks “Nova Lei de Licitações Esquematizada” e “Jurisprudência do TCU por Temas”. Representante da PGE-RJ no Comitê Executivo de regulamentação e implementação da Nova Lei de Licitações no Estado do Rio de Janeiro. Palestrante e Professor na área de Licitações, Contratos e Direito Administrativo. Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Mestrando pela UERJ.

PROFESSORA:



Gisella Leitão

Advogada, palestrante e consultora em licitações públicas, com mestrado em Direito pela UCP. Especialista em Direito Público e Privado pela EMERJ e em Licitações Públicas pela AVM. Certificada pela ENAP em licitações e contratos. Ex-militar da Marinha, com experiência em licitações e contratos. Foi pregoeira e coordenadora técnica no Conselho Federal dos Representantes Comerciais. Foi pregoeira e controladora interna por quase 3 anos na FeSaúde, Niterói. Atualmente cursa o MBA em Compliance e ESG pela USP-ESALQ e é consultora contratada em licitações e contratos no CRBio-02-RJ e assessora na CVN. Autora e coautora de livros na temática de licitações e contratos. É criadora de conteúdo digital sobre Licitações e Contratos, com o perfil no Instagram @diariodalicitante.

PROFESSOR:



Matheus Moreira

Advogado e Professor Universitário. Doutorando em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Professor de Direito Constitucional Aplicado, credenciado na Pós-Graduação Lato Sensu em Residência Jurídica da UFF/VR. Professor de Direito Público e Processo Civil no UBM. Diretor Adjunto de Comunicação do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Diretor Secretário e pesquisador no Grupo de Pesquisa Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC - CEEJ), vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF). Conselheiro da 5ª Subseção da OAB/RJ. Advogado e Sócio-fundador do Guimuzzi e Moreira Advogados.

PROFESSOR:



Anderson Dias

Advogado, pós-graduado em Direito Administrativo e Gestão Pública, com mais de 8 anos de experiência prática na Administração Pública e atuação técnico-jurídica especializada em licitações, contratos administrativos e planejamento da contratação. Possuo vivência direta na fase preparatória das contratações públicas. Reúno, ainda, experiência relevante em compliance, controle interno, elaboração de instruções normativas, credenciamento, análise de editais, impugnações, reajustes, reequilíbrios, aditivos, execução contratual, liquidação e pagamento. Conto também com vivência em Procuradoria, com atuação em litígios envolvendo a Administração Pública, análise de processos administrativos, contratos, peças e manifestações jurídicas. Perfil diferenciado por unir prática administrativa, visão jurídica, controle de legalidade e capacidade de traduzir temas complexos da rotina pública em linguagem clara, objetiva e didática, voltada à capacitação de servidores, gestores, fiscais de contrato, agentes de contratação e equipes técnicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte I – Planejamento e Condução Inicial do Pregão

- Visão geral do Pregão Eletrônico na Lei nº 14.133/2021, com ênfase no planejamento, na governança e na adequada instrução do processo de contratação.
- Atribuições e responsabilidades do Pregoeiro e do Agente de Contratação.
- Atuação estratégica na condução da sessão pública e na tomada de decisões.
- Publicidade, transparência e comunicação dos atos praticados durante o certame.
- Principais falhas que comprometem a transparência e a regularidade do Pregão.
- Esclarecimentos e impugnações ao edital: recebimento, análise, fundamentação e divulgação das decisões.
- Princípio da vinculação ao instrumento convocatório e limites de atuação do Pregoeiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte II – Análise das Propostas e Julgamento

- Procedimentos para análise e julgamento das propostas.
- Análise da planilha de custos e formação de preços.
- Limites da competência do Pregoeiro e aplicação do princípio da segregação de funções.
- Identificação e tratamento das propostas com indícios de inexequibilidade.
- Realização de diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.
- Critérios de desempate e avaliação da proposta mais vantajosa.
- Aplicação prática das prerrogativas das microempresas e empresas de pequeno porte.
- Diligências no julgamento das propostas: hipóteses, limites, formalização e fundamentação.
- Análise de casos concretos e entendimentos dos Tribunais de Contas relacionados ao julgamento das propostas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte III – Habilitação E Sistema De Registro De Preços

- Requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021.
- Análise dos documentos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.
- Diligências na fase de habilitação: possibilidades e limites.
- Saneamento de erros, falhas formais e documentos preexistentes.
- Consequências práticas do erro de julgamento para o Pregoeiro e para a Administração.
- Sistema de Registro de Preços no Pregão: cuidados específicos na sessão pública.
- Aspectos relevantes da estruturação do edital e da ata de registro de preços.
- Análise de casos concretos e entendimentos jurisprudenciais sobre habilitação e Sistema de Registro de Preços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte IV – Recursos E Encerramento Do Pregão

- O ciclo recursal do Pregão na Lei nº 14.133/2021.
- Manifestação da intenção de recorrer e apresentação das razões e contrarrazões.
- Pressupostos de admissibilidade dos recursos administrativos.
- Competências do Pregoeiro, da autoridade superior e da assessoria jurídica.
- Fundamentação das decisões recursais e tratamento das manifestações dos licitantes.
- Análise jurídica dos recursos: hipóteses, finalidade e limites de atuação.
- Adjudicação, homologação e encerramento do procedimento.
- Análise de casos concretos e entendimentos dos Tribunais de Contas sobre habilitação e recursos.
- Planejamento e Condução Inicial (A Nova Dimensão do Pregão)

ATUALIZAÇÃO PARA PREGOEIROS:

Jurisprudência dos Tribunais de Contas e Boas Práticas em diligências, habilitação e recursos

17 de Setembro

 **8H - 09H**

Bruno Verzani



Parte I – Planejamento e Condução Inicial do Pregão

- Visão geral do Pregão Eletrônico na Lei nº 14.133/2021, com ênfase no planejamento, na governança e na adequada instrução do processo de contratação.
- Atribuições e responsabilidades do Pregoeiro e do Agente de Contratação.

Atuação estratégica na condução da sessão pública e na tomada de decisões.

 **09H - 10H**

Gisella Leitão



Parte I – Planejamento e Condução Inicial do Pregão

- Publicidade, transparência e comunicação dos atos praticados durante o certame.
- Principais falhas que comprometem a transparência e a regularidade do Pregão.
- Esclarecimentos e impugnações ao edital: recebimento, análise, fundamentação e divulgação das decisões.

Princípio da vinculação ao instrumento convocatório e limites de atuação do Pregoeiro.

 **10:00 A 10:15: COFFEE BREAK**

 **10H15 - 12H**

Anderson Dias



Parte II – Análise das Propostas e Julgamento

- Procedimentos para análise e julgamento das propostas.
 - Análise da planilha de custos e formação de preços.
 - Limites da competência do Pregoeiro e aplicação do princípio da segregação de funções.
 - Identificação e tratamento das propostas com indícios de inexequibilidade.
 - Realização de diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.
 - Critérios de desempate e avaliação da proposta mais vantajosa.
 - Aplicação prática das prerrogativas das microempresas e empresas de pequeno porte.
 - Diligências no julgamento das propostas: hipóteses, limites, formalização e fundamentação.
- Análise de casos concretos e entendimentos dos Tribunais de Contas relacionados ao julgamento das propostas.

ATUALIZAÇÃO PARA PREGOEIROS:

Jurisprudência dos Tribunais de Contas e Boas Práticas em diligências, habilitação e recursos

17 de Setembro

 **12:00 A 13:00: INTERVALO**



 **13H - 15H**

Anderson Dias

Parte III – Habilitação E Sistema De Registro De Preços

- Requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021.
 - Análise dos documentos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.
 - Diligências na fase de habilitação: possibilidades e limites.
 - Saneamento de erros, falhas formais e documentos preexistentes.
 - Consequências práticas do erro de julgamento para o Pregoeiro e para a Administração.
 - Sistema de Registro de Preços no Pregão: cuidados específicos na sessão pública.
 - Aspectos relevantes da estruturação do edital e da ata de registro de preços.
- Análise de casos concretos e entendimentos jurisprudenciais sobre habilitação e Sistema de Registro de Preços.

 **15:00 A 15:15: COFFEE BREAK**



 **15H15 - 17H**

Matheus Moreira

Parte IV – Recursos E Encerramento Do Pregão

- O ciclo recursal do Pregão na Lei nº 14.133/2021.
 - Manifestação da intenção de recorrer e apresentação das razões e contrarrazões.
 - Pressupostos de admissibilidade dos recursos administrativos.
 - Competências do Pregoeiro, da autoridade superior e da assessoria jurídica.
 - Fundamentação das decisões recursais e tratamento das manifestações dos licitantes.
 - Análise jurídica dos recursos: hipóteses, finalidade e limites de atuação.
 - Adjudicação, homologação e encerramento do procedimento.
 - Análise de casos concretos e entendimentos dos Tribunais de Contas sobre habilitação e recursos.
- Planejamento e Condução Inicial (A Nova Dimensão do Pregão).

ATUALIZAÇÃO PARA PREGOEIROS:

Jurisprudência dos Tribunais de Contas e Boas Práticas em diligências, habilitação e recursos



17.09.2026
08h - 17h

On-line
ao vivo

INVESTIMENTO ON-LINE

10x de:
R\$

99,70

ou R\$997,00 à vista

VAGAS LIMITADAS!

@jurisprudencia.tcu





CURSO ON-LINE

SOLICITE UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO

E-mail:

contato@grupoclg.com.br

Telefone e Whatsapp

(21)98093-6347

@jurisprudencia.tcu

**Grupo
CLG** 